

Boca-de-urna: a garra de alguns e a grana de outros tantos. Pág. 7

EM TEMPO

SEMANARIO NACIONAL - Cr\$ 15,00 - Nº 38 - 20 A 26 DE NOVEMBRO DE 1978



ENNIO BRAUNS

AQUI SEBASTIÃO NERY: PROTESTO CONTRA A DITADURA

A soma de votos do conjunto dos candidatos do MDB ao Senado supera em alguns milhares a dos candidatos da Arena em todo Brasil. No Rio Grande do Sul, por exemplo, já na madrugada da sexta-feira, o opositorista Pedro Simon - sozinho - dava um banho em seus três adversários arenistas, indo além de 400 mil votos. Segundo Sebastião Nery, seria de se prever também uma vitória do MDB na Câmara Federal. E entre os dez senadores mais votados no país, pelo menos oito serão do MDB. Tudo isso - explica Nery - não é outra coisa senão a "grande afirmação do povo contra a ditadura".

De fato, apesar dos bloqueios da Lei Falcão e da deslavada corrupção oficial a serviço da Arena, os primeiros resultados das urnas já davam conta do protesto popular, através da simpatia pelo partido de oposição - este único canal para o registro da insatisfação e da sede de mudança no 15 de novembro. Eleições: Págs. 3, 4, 6 e 7.

Fernando Henrique:

Derrota na eleição, vitória na campanha.



O dia 15 de um candidato opositorista ao Senado, em São Paulo. Pág. 6

NICARÁGUA:

O ultimato ao ditador.



O prazo fatal dado pela oposição ao ditador Anastacio Somoza termina no próximo dia 21. Caso Somoza não abandone o poder e deixe o país, espera-se uma nova greve geral, a terceira deste ano, e uma nova ofensiva militar da Frente Sandinista de Libertação Nacional, que acaba de organizar o seu exército regular "em algum ponto da Nicarágua".

O cerco volta a apertar em torno da ditadura. Em duas páginas, damos um quadro amplo de toda a situação no país, obtido das mais autênticas lideranças opositoristas ao regime. Ernesto Cardenal, o padre, poeta e sandinista; representantes da Tendência Proletária; Edelberto Rivas Torres, que faz a radiografia das classes dominantes da Nicarágua; e C.R. Mauricio, dirigente político para as relações exteriores, que, entre outras coisas, pediu ao EM TEMPO que ajude na campanha de formação de comitês de solidariedade ao povo nicaraguense aqui no Brasil.

págs. 8 e 9



Sindicato rural também exige sua autonomia

Entrevista com Antônio Crispim, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cravinhos, região de cana e bóias-frias. Pág. 12

IMPRENSA

"Jornal dos Bairros": experiência que pegou.

Pág. 10

HOMEM DE VISÃO:

Paulo Maluf já quer ser Presidente da República



Já "eleito" governador de São Paulo, ele agora não faz por menos: prepara desde logo o terreno para ocupar o trono de Figueiredo. Não é piada! Maluf, o "Homem de Visão"-78, famoso por suas tramas e bandalheiras - a exemplo do caso Lutfalla - já começou a investir em deputados dispostos a auxiliá-lo em seus intentos. Pág. 3

SINDICATOS Querem manter o atrelamento

Pág. 5

EXÍLIO

Marco Antônio Meyer: um brasileiro banido.

Pág. 11

Primeira de uma série de duas

O SINDICATO RURAL ESTÁ DE MÃOS E PÉS AMARRADOS



A denúncia é de Antonio Crispim, um lavrador de 45 anos, atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cravinhos, 16 Km distante de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, uma região de grandes plantações de cana e forte concentração de bóias-frias.

O sindicato, que ele ajudou a fundar, tem 1600 associados, praticamente todos trabalhadores rurais. Nesta entrevista ele expõe a dramática situação dos trabalhadores do campo, discute as propostas de cooperativa de bóias-frias e suas relações com o sindicato, fala também sobre a sindicalização do pequeno produtor e do assalariado, questiona a formação do Partido Trabalhista de Maluly Neto e, de quebra, ainda ataca o sindicalismo atual.

Sr. Crispim, a gente sabe que a região de Ribeirão Preto e Cravinhos é uma região rica e tem na agricultura o setor mais importante dessa riqueza. A gente queria saber como o Sr. vê hoje a situação do trabalhador rural nessa região, que é o responsável por toda essa riqueza?

A situação do trabalhador rural poderia ser dizer que tem melhorado ultimamente em termos de ordenado. Mas, a situação social continua a mesma. São trabalhadores volantes, transportados em cima de caminhões sem a mínima segurança, enfrentando todas as condições de tempo, inclusive também a exploração dos empregadores, que embora diminuiu bastante, mas não deixa de existir ainda. A maioria dos trabalhadores não tem residência adequada, moram muitas vezes em cortiços ou às vezes em casas que não oferecem condições porque não tem condições de pagar aluguel de uma casa melhor. Outro fator importante também é a falta de assistência, principalmente, à saúde. Nós temos, por exemplo, em Cravinhos uma Santa Casa, mas que por estar nas mãos de um grupo essa Santa Casa não tem praticamente nada. Hoje ela é simplesmente um ambulatório médico e um meio de transporte de trabalhadores para Ribeirão Preto.

Diante da situação que o Sr. está descrevendo tem aí uma proposta da Secretaria do Trabalho do Estado de São Paulo que é a de organização de Cooperativas de Trabalhadores Rurais. Como vê essa proposta?

Olha, com referência às Cooperativas de Trabalhadores volantes eu tive a oportunidade de falar ao participar num simpósio que houve na Associação dos Engenheiros Agrônomos em agosto do ano passado, em que expus o meu ponto de vista. Acho simplesmente uma demagogia, porque Cooperativa de Trabalhadores Volantes, com a terra nas mãos dos proprietários não tem condições nenhuma de funcionamento. Eu acho que isso aí seria mais assim... pra quem não quer fazer aquilo que precisa, então tenta fazer alguma coisa pra dizer que tá fazendo, mas que venha resolver o problema não vem. Inclusive, eu digo isso com conhecimento de causa porque nós, aqui em Cravinhos, procuramos, em 1972 por aí, fazer uma experiência, não de cooperativa mas para cooperativa, que nem sequer chegou a tempo de estruturar ou pensar em estruturar como cooperativa que seria, no caso, como foi no caso, o Sindicato oferecer trabalhadores para as fazendas, para evitar o empregado, o turmeiro e para o trabalhador ter, pelo menos, naquela época, o direito dele garantido que é o salário mínimo.

Houve uma certa repercussão, inclusive um grupo de empregadores aderiu, aceitou a idéia, mas depois de um certo tempo eles pegaram a experiência nossa e passaram a fazer por conta própria, eliminando o empregado.

Alguns deles fizeram isso, outros voltaram novamente com os empregadores, como continua até hoje. Quando a gente diz da experiência nossa, foi com referência ao que nós fazíamos, ou seja, aos direitos trabalhistas do trabalhador, que por ser volante não conseguia trabalhar numa determinada fazenda tempo suficiente pra ele adquirir direito de férias, 13º salário, etc. Então nós propusemos e cobramos na diária já o proporcional de férias e 13º salário. Também, exigimos o pagamento na combinação do serviço, do domingo, feriados, etc. Nós depositávamos esse dinheiro referente a férias, 13º, no banco, em conta particular, pra depois, no fim do ano, o trabalhador ter a sua parcela.

Depois, o empregador, vindo isso, passa a utilizar o mesmo sistema. Mas só que eles não dizem para o trabalhador que estão pagando x, incluindo férias e 13º. Eles dizem que pagam x; na hora o trabalhador assina o recibo, ele assina o recibo, às vezes sem preencher e depois o empregador desdobra aquela verba: põe lá, importância x de ordenado e mais tanto de férias, tanto de 13º proporcional. É claro que isso é ilegal, a gente sabe disso, inclusive a gente tem certeza que na justiça a gente derruba isso. Mas, de qualquer forma, foi importante porque os empregadores na época, quando viram a experiência nossa lançada, passaram a lutar contra dizendo ao trabalhador que a hora que houvesse serviço ele queria ver se o sindicato ia arrumar serviço para o trabalhador, aquilo para ver se suavizava o movimento. Mas como não esvaziou, pelo contrário foi até aumentando então eles tiveram também que passar a pagar ao trabalhador mais do que a fazenda pagava pra nós no sistema que nós combinamos. Depois, então, os empregadores pegaram a experiência e então esvaziou e terminou também sem nada, sem condições nenhuma.

Então, por isso, eu acho uma experiência válida que a gente tem e que eu não acredito, não é? Inclusive parece até que em certos lugares onde foram implantadas as primeiras cooperativas, parece que não está dando resultado. Parece que se nasceu, nasceu fraquinha ou talvez até morta.

Um dos principais estimuladores dessa iniciativa é o Secretário do Trabalho, Maluly Neto. Por outro lado, ele está articulando, está procurando criar um Partido Trabalhista, segundo a visão que ele tem de um Partido Trabalhista. A iniciativa de criação das cooperativas teria alguma coisa a ver com a questão política também, de organizar os trabalhadores num Partido?

Olha, eu acho que se houver alguma coisa com política, deve ser no interesse dele, não é? Em proveito próprio. Ele, pelo menos até hoje, que eu saiba, nunca tocou nesse assunto. Nunca falou em organizar o trabalhador, através da cooperativa organizar ele politicamente. O que a gente mais ou menos tem observado e que ele é candidato, tá aí dentro do sistema e quer aproveitar isso aí em proveito próprio, político, dele. E o que está mais cogitado na maneira dele agir e trabalhar.

Na palestra que o Sr. fez na Associação dos Engenheiros Agrônomos, o Sr. colocou como uma alternativa às cooperativas que estavam sendo estruturadas de cima pra baixo, o fortalecimento dos sindicatos dos trabalhadores rurais. A gente gostaria que o Sr. falasse um pouco acerca do sindicato, do papel do sindicato na organização e defesa dos interesses dos trabalhadores rurais.

Olha, de fato eu acho que a única arma que o trabalhador tem, desde que essa arma possa ser usada, é de fato o sindicalismo. Agora, no caso da cooperativa, por exemplo, surgindo uma cooperativa num determinado município onde tenha o sindicato, que hoje, infelizmente, tá na base principal dos assistencialismo; é claro que essa cooperativa iria esvaziar o sindicalismo. Agora, eu acho que como já existe essa organização do trabalhador, eu acho que seria mais prudente, se o governo tivesse essa coragem e quisesse dar mais liberdade para o sindicato, para que o sindicato atuasse melhor na defesa da classe trabalhadora.

Hoje, infelizmente, o que o sindicato pode fazer? O que ele pode

fazer é orientar o trabalhador, defender o trabalhador através dos meios legais, etc. Não tem o direito de fazer greve, inclusive, com a lei de greve existente, dificilmente um sindicato de trabalhadores rurais hoje sustentaria uma greve de maneira que está previsto em lei. Quer dizer, eu acho que o sindicalismo hoje está amarrado, está com os pés e mãos amarrados. O trabalhador está também muito amedrontado porque ele lembra o que passou em 1964, então ele não tem ainda a coragem pra enfrentar. E nem seria fácil, porque parece que o que mais assusta o governo é a classe dos trabalhadores rurais. Agora como cooperativa, eu acho que teria uma solução se fosse para ser feita como a gente conhece nos sistemas de determinados países: cooperativa de trabalhadores, mas com terra. Seria, no caso, por exemplo, uma ação dentro de um programa de reforma agrária que seria no caso a desapropriação de terras para as cooperativas e organização dos trabalhadores, unidos em cooperativas, dirigidos pelo sindicato, onde o trabalhador fosse trabalhar e usufruir os frutos do trabalho dele na terra da cooperativa.

A gente tem visto pela imprensa uma proposta dos sindicatos rurais, quer dizer dos patrões rurais, de que o pequeno agricultor, aquele que tem uma pequena parcela de terra e aí vive com sua família, que atualmente é sindicalizado junto com os assalariados rurais, que ele deveria ser sindicalizado junto ao sindicato dos patrões. Como o Sr. vê essa proposta do sindicato dos patrões?

Bom, isso parece que não só é interesse dos patrões como parece que é preocupação do próximo governo, através do INCRA. Parece que a preocupação, de fato, é eliminar o pequeno, é acabar com o pequeno fortalecendo os grandes. Agora, para os patrões, para os empregados, os proprietários, o interesse que a gente vê da parte deles é fortalecer a categoria. Enfraquecer a categoria de trabalhadores e fortalecer a categoria patronal, que seria no caso os pequenos proprietários associados no sindicato deles. Agora, eu pergunto, eles iriam depois defender os interesses desses pequenos?

Quer dizer que a posição do sindicato dos trabalhadores rurais é de que se mantenha a estrutura atual, onde, em termos de sindicato estão unificados os assalariados e os pequenos produtores?

Exato! Porque eu acho que não há outra alternativa. Porque, veja bem, o trabalhador pequeno proprietário, então aí seria, no caso, se o pequeno proprietário passar para a categoria patronal, logo em seguida vai vir o arrendatário, o parceiro, o meeiro, que são aqueles que lutam pela vida. Inclusive, nós estamos vendo aí, principalmente, no Estado de São Paulo, pequenos proprietários que estão se tornando trabalhadores volantes, porque não têm condições de sobreviver, não têm uma assistência financeira a altura e estão vendendo as propriedades para mudar para a cidade e trabalhar como trabalhadores volantes.

Então, se esses trabalhadores passarem para a categoria patronal eles vão ficar marginalizados para sempre. Inclusive, é interessante a gente observar esse ponto de vista, porque imagine nas regiões, nos lugares onde existem posseiros. Os posseiros ameaçados pelos grileiros e pertencentes ao sindicato daquela categoria, que seria, no caso, os grileiros, não é?



JOÃO ROBERTO

“O que escapou da camisa de força ainda é o dissídio coletivo”

Uma das maneiras que o governo utiliza para suavizar os sindicatos é procurar transformá-los em órgãos assistenciais, de assistência médica, social, etc... Como o sindicato de Cravinhos vê essa atuação do sindicato apenas como órgão assistencial e não diretamente na defesa dos demais interesses dos trabalhadores?

Bom, eu acho que quanto a isso aí, foi uma condição imposta pelo sistema implantado em 1964. O governo teve como meio, sob alegação de que não havia uma estrutura para dar assistência ao trabalhador rural, principalmente, de pegar e esvaziar o sindicato, ou melhor, transferir a responsabilidade do sindicato, desvirtuar a filosofia do sindicalismo, que ao invés de ser um órgão da classe de defesa dos interesses da classe, ser apenas um órgão assistencial, assistencialista. Foi o caso, aliás, é o que está ocorrendo. Inclusive, a gente tem se preocupado demais com isso, porque eu acho que a assistência, no Sindicato, é um meio e não um fim. Agora, o que se tornou, o que muitos sindicatos estavam fazendo, ou estão fazendo, é simplesmente assistencialismo. Eu acho que isso não é a meta do sindicalismo, nem é sindicalismo. Pra mim isso nem é sindicalismo!

Além de jogar pro sindicato as tarefas de assistência médica e social, o governo utiliza outras maneiras de manter o sindicato preso numa camisa de força e dificultar sua intervenção na defesa dos interesses dos trabalhadores. Uma dessas formas é a própria legislação e a manutenção dos “pelegos”. Nos sindicatos da indústria já se vê um movimento de defesa da autonomia sindical, de afastamento dos pelegos, etc. Existe alguma iniciativa semelhante no meio rural, algum anseio ou movimento desse tipo?

Olha, a preocupação existe, inclusive a gente poderia citar o dissídio coletivo. Os sindicatos de trabalhadores rurais não têm condições de conseguir muita coisa porque não tem aquela arma que deveria ter que seria, no caso, a greve. A greve, uma passeata, uma manifestação, etc. Mas, de qualquer forma é alguma coisa. O que restou, do que deixaram escapar dessa camisa-de-força é ainda o direito ao dissídio coletivo, embora esteja orientado pelo governo porque não adianta quer dizer, não adianta não, adiantar eu acho que adianta sempre mas o sindicato pode pedir aí 50, 60 70% de

reajuste do salário mínimo como foi o caso do dissídio nosso esse ano, em que nós estamos reivindicando 60%, mas já tem lá um coeficiente determinado pelo governo que, se vai pra julgamento, a justiça só pode julgar dentro daquele limite. Mas de qualquer forma é uma expressão da categoria, porque o aumento de acordo com o que o governo está determinando não está satisfazendo os interesses dos trabalhadores.

Nesse caso, por exemplo, surgiu da região de Ribeirão Preto e eu faria uma referência muito especial ao companheiro Cidão, de Sertãozinho, que foi o primeiro no Estado de São Paulo a implantar o dissídio coletivo. Depois o companheiro Jappy, de Pontal. Nós, de Cravinhos, e assim por diante, até que a Federação resolveu encampar a luta. E hoje, nós estamos com o dissídio coletivo cobrindo o Estado todo: a Federação nas áreas inorgânicas e os sindicatos nas suas bases.

Por outro lado, no dia 21 de agosto, na mesa-redonda que houve na subdelegacia do trabalho de Ribeirão Preto esteve presente um companheiro da Federação dos trabalhadores do Pará que veio justamente para conhecer como é procedida a instauração do dissídio, que eles estão pensando em implantar lá. Então, são coisas que surgiram no Estado de São Paulo e que a gente espera, em tempo breve, atingir no Brasil inteiro.

Como tem se dado a participação das bases, dos trabalhadores, na discussão, por exemplo, desse índice de 60%. Como o Sindicato tem procedido pra chegar a essa reivindicação, pra levá-la para as bases e discutir com elas?

Pra ser sincero, esse ano não foi... assim... quer dizer foi discutido e aprovado junto com os trabalhadores, mas como uma proposta. O dissídio foi instaurado em âmbito estadual pela Federação, inclusive para as áreas inorgânicas. Então, foi adotado o sistema de unificação para não haver divergências de um município pra outro. Então, na Federação, em assembleia, foi discutido o índice e quem determinou foram os delegados do Conselho de Representantes da Federação, que aprovou. Depois, então, discutiu-se nas bases. Agora, é claro que, pelo menos nós aqui já havíamos trocado idéias com os trabalhadores e muita sugestão saiu deles. O ideal seria um reajuste de 80 a 100%, principalmente pra quem ganha salário mínimo.

Além do índice de 60%, existem outras reivindicações relativas às condições de trabalho, que têm sido encaminhadas através dos dissídios?

Nós encaminhamos como reivindicações, 23 cláusulas. São diversas, eu não me lembro de todas de cor. Estamos exigindo transporte dos trabalhadores em condução própria para pessoa humana. Não estamos exigindo se será de ônibus, perua ou carro, mas que não seja



da maneira que está sendo, porque pra nós caminhão não é transporte de pessoa humana. Isso, inclusive, já é previsto em lei. O transporte só é permitido, o trabalhador só está sendo transportado porque ele vem aceitando, porque nunca ninguém gritou, ninguém falou nada. As autoridades conhecem a lei, sabem disso, mas enquanto ninguém gritar eles também não mexem, porque eles não estão viajando de caminhão como os trabalhadores. Por outro lado, uma coisa que é comum, não aqui no nosso município, mas por esse Estado agora, é o trabalhador só trabalhar o dia que tem serviço, o dia que amanhece chovendo, o dia que o caminhão quebra ou o patrão resolve não ir buscar, então ele perde esses dias. Então, nós estamos reivindicando que os trabalhadores tenham a garantia também desses dias de serviço perdidos por motivo contrário à vontade dele, ou seja chuvas, problemas do empregador, etc.

Estamos pedindo também contratação de seguro por acidente de trabalho. O Furrural paga o acidente de trabalho, mas só considera acidente de trabalho aquele que é sofrido lá no serviço. O transporte, por exemplo, não está coberto pelo seguro do Furrural. Além do mais o trabalhador só tem direito a 75% do salário mínimo, no caso de acidentes, o que acho um absurdo. Antes de passar o seguro para o Furrural o trabalhador rural era segurado pelo INPS e o trabalhador recebia o que constava na carteira profissional. Agora pelo Furrural, não importa o que ele ganha, mas o que ele vai receber é somente 75% do salário mínimo. Eu acho isso um absurdo. Estamos pedindo também a complementação do ordenado: o Furrural paga 75% e o empregador deverá completar a diferença e no caso do trabalhador ficar incapacitado parcialmente então ele terá a garantia de emprego. As vezes ele pode perder a condição para trabalho mais pesado, mas ele pode fazer um serviço mais leve. Atualmente, empregador nenhum aceita e não tem feito isso, eles alegam que não tem serviço leve! Então nós estamos reivindicando a permanência do trabalhador no serviço, a garantia do emprego dele.



EM TEMPO!